



DIREITOS HUMANOS: AS ORIGENS DA DISSENSÃO

João de Araujo Ribeiro Dantas

Tenente-Coronel de Infantaria da Turma de 20 Dez 56, promovido por merecimento ao posto atual em 25 Dez 77.

Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, de Direito da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, e de pós-graduação em Relações Internacionais pela PUC do Rio de Janeiro.

Exerce atualmente a função de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Há alguns meses, na placidez da enseada de Botafogo, um grupo de executivos de grandes empresas americanas encenou um espetáculo bizarro. Fantasiados de peles-vermelhas lançaram, de um iate ao largo, caixas de chá ao mar, procurando reviver com esse protesto o gesto de rebeldia de seus ancestrais, no célebre incidente do porto de Boston. Ouvidos pela imprensa, os "rebeldes" afirmaram que a encenação tinha em vista protestar contra o furor do fisco americano incidente em seus rendimentos, o que, do modo de ver deles, constituía uma lesão aos seus direitos humanos.

Recentemente, em Man, ilha do Mar da Irlanda, um perturbador da ordem pública foi condenado, segundo o direito costumeiro da Ilha, à pena de três bastonadas. Sentindo-se lesado em seus direitos humanos, teve seu caso apresentado ao Conselho da Europa e a ação foi ajuizada na Corte Européia dos Direitos do Homem em Estrasburgo. O embarço está criado para a Inglaterra, que detém a soberania sobre a Ilha e é membro do Conselho da Europa. Caso a Corte dê ganho de causa ao queixoso, o costume secular terá de ser proscrito, com o que não concorda a ativa

administração da ilha, ciosa de seu autogoverno: — "no máximo, aceitamos que os condenados à pena não mais sejam obrigados a despir as calças para sofrer o castigo.

É evidente o lado pitoresco dos dois fatos acima narrados, a despeito de que a intenção ao abordá-los vise a dar, apenas, a idéia da amplitude dos interesses que se abrigam sob a rubrica dos direitos humanos. Contudo, toda e qualquer conotação pitoresca será de pronto afastada se lembrarmos a extrema importância de que se revestem os Direitos Humanos como pedra-de-toque da atual política externa americana.

De fato, as negociações SALT, em Genebra, correm o risco de ruptura neste momento, ante as reações americanas à farsa dos julgamentos políticos dos dissidentes russos Ginsburg e Scharansky, membros ativos do grupo moscovita que fiscaliza o cumprimento pela URSS das cláusulas da Ata de Helsinque. Por outro lado, a política dos Direitos Humanos está no cerne das dificuldades existentes no relacionamento entre o governo norte-americano e a maioria dos governos latino-americanos.

Decorrido mais de um ano da crise que atingiu as relações Brasil-Estados Unidos, seria oportuno analisar o contencioso que paira entre os dois países e, para tanto, não se deve perder de vista o fato de que a diplomacia de um povo, a forma de como ele enfrenta a realidade internacional, é profundamente marcada pela sedimentação da História.

Em conseqüência, para entendermos os motivos profundos que, de certo modo, condicionam a tomada de decisões americanas no cenário internacional, temos de lançar um breve olhar ao passado, em busca de clima espiritual reinante à época da revolução americana e voltar o mesmo olhar, embora superficial, para a galeria de tipos mitológicos criados ao norte do Rio Grande.

O Direito à Rebelião

Quando os colonos do porto de Boston arremessaram ao mar as caixas de chá, com elas foi-se de roldão a figura do Estado tal como existia na Europa. O homem da América, o imigrante tangido do Velho Mundo por convicções religiosas ou políticas, batia a poeira velha dos sapatos ao pisar o solo da nova terra e, com a poeira, atirava fora o hábito servil de acatar a Autoridade fora dos limites em que ele próprio a enclausurasse. Talvez esse "direito à rebelião" venha a ser a mais importante contribuição americana à teoria política contemporânea: a força dos governos reside "no consentimento dos governados" ... e "sempre que qualquer forma de governo se tornar destruidora desses fins (assegurar os direitos naturais do Homem) o povo terá o direito de alterá-lo ou aboli-lo e constituir um novo governo" ... A Declaração da Virgínia, em que pela primeira vez os Direitos do Homem foram afirmados, data de 1776 e influenciou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa de 1789. Influenciou apenas, pois na essência são profundamente diferentes.

Para os revolucionários franceses, embebidos do pensamento de Rousseau, o Homem, ao forjar o contrato social, delega os seus direitos naturais ao Estado e deste os terá de volta recriados, não mais direitos naturais, pois "todo direito deve emanar da autoridade" — mas tão-somente o direito positivo, os direitos do Homem como Cidadão.

O liberalismo francês está no cerne do chamado Estado moderno, de administração centralizada e executivo forte, cuja deturpação conduz ao gigantismo estatal, ao Leviathan do filósofo, com a sua tecnoburocracia onipresente e asfixiante, vicejante em nossos dias à esquerda e à direita do espectro político. O Pensamento de Rousseau permeou todo o ocidente europeu e projetou-se no Novo Mundo de matriz ibérica.

Já os "Pais Fundadores" da nação americana foram buscar em John Locke, pensador inglês, os princípios políticos que haveriam de servir de base à comunidade americana. Para eles, todo indivíduo tem direito natural à propriedade, à segurança e à liberdade, e o único papel do Estado é garantir ao Homem o exercício pleno de tais direitos.

É evidente a manifesta intenção de limitar ao máximo a ingerência do Estado na sociedade civil e a profunda diferença de perspectivas que separam o pensamento anglo-saxão do mod. de ver da Europa continental e de seus herdeiros culturais.

Os Tipos da Mitologia

É interessante observar como determinados tipos humanos marcam profundamente as nacionalidades em que se originam. Não é possível dissociar o apego à ordem e o culto da autoridade, tipicamente germânicos, da figura clássica do "junker" prussiano. Da mesma forma, o londrino da City com o seu guarda-chuva, chapéu-coco e gravata de ex-aluno de alguma "public-school" parece encarnar as características da raça: fleuma, obstinação e conservadorismo. Por outro lado, esses tipos vinculam tão profundamente o inconsciente coletivo dos povos que as comunidades passam a crer nos padrões morais e no modo de agir desses arquétipos.

A coletividade americana parece ter sido permeada por três tipos humanos que a influenciaram profundamente: o homem da fronteira, o homem realista e o moralista religioso.

A partir das treze colônias primitivas, o homem da fronteira, o pioneiro, dilatou a base física da nação. Ao apossar-se da terra e esmagar os nativos, o homem da fronteira ordinariamente atuava onde o braço do Estado não alcançava e habituou-se a confiar exclusivamente em si próprio e nos argumentos da Lei que portava consigo, bem junto ao corpo — no coldre.

Dai a psicologia do homem da fronteira: auto-suficiência, culto à violência, uso e abuso das próprias razões.

Segundo a ética calvinista, a riqueza, isto é, o sucesso terreno representa a exteriorização da graça divina. O homem, a quem Deus reconhece o valor do trabalho, vê-se neste mundo coberto pelas benesses da vida. A riqueza é o sinal de aquiescência da divindade para com o realismo da vida laboriosa do homem de negócios. *Não há por que inquirir da lisura dos procedimentos. Moral? Amoral? Irrelevante. Deus, que tudo sabe e vê, a tudo sanciona com a miséria ou a abundância.

Tornou-se um clássico da Sociologia o ensaio de Max Weber, em que esse pensador aponta a ética calvinista como fator psicossocial do apogeu do capitalismo na América. O valor do homem mede-se por sua capacidade de gerar e amealhar riquezas. Na América, ao contrário da Europa, o que sem dúvida é uma evolução, as origens sociais do indivíduo não são postas em causa ao avaliá-lo. Valoriza-se o homem diligente e empreendedor, o realista, aquele que abre os próprios caminhos, "provando-se" perante a Divindade pela engenhosidade e trabalho. A deturpação deste tipo leva ao materialismo mais cru, ao paroxismo da cobiça e à entronização do dinheiro como o supremo valor da vida.

A essência da coletividade americana primitiva e de seus direitos humanos residia na liberdade espiritual do culto a Deus, segundo a consciência de cada indivíduo — liberdade que aos primitivos imigrantes fora negada pela igreja anglicana (estatal) no Velho Mundo.

Se, na Nova Inglaterra, em teoria, vigorava a separação entre a Igreja e o Estado, na prática logo passou a imperar uma teocracia, e a vida tornou-se implacavelmente dominada pela religião. Com isto a sociedade tornou-se dogmática, intolerante e fechada. Exacerbou-se o zelo messiânico: em um mundo corrompido, o moralista, o homem "grávido" da verdade, consumido pelo fogo divino, deverá conduzir a todos a mensagem americana de salvação.

Maniqueísta, a fé exagerada nos próprios valores induzirá o moralista a uma eterna cruzada, visando a impingir aos outros a própria cultura, mesmo ao preço da destruição da cultura alheia. O moralista está sempre a um passo do farisaísmo.

Esses traços apenas esboçados, visões superficiais de uma realidade complexa, são úteis para o entendimento da política externa americana. Em parte, de acordo com a personalidade do Estadista momentaneamente no poder, a política pode revelar-se friamente argentária, brutal na imposição dos pontos de vista ou oscilar para irreprimível cruzada evangelizadora.

A Construção do Império

Ao amanhecer para a independência, os Estados Unidos descobrem-se sem inimigos naturais no continente americano, mercê da fraqueza dos vizinhos de origem espanhola e das dificuldades que, à época, afligiam os ingleses na Europa. Encarnando o pensamento libertário, os Estados Unidos, pela Declaração de Monroe, insurgem-se contra os desígnios colonialistas da Santa Aliança e proclamam o

continente americano território a salvo da restauração absolutista. Expressão da consciência política americana, contudo, se a doutrina Monroe bastou para afastar do continente o colonialismo europeu, não encontrou forças para preservar o território do expansionismo da própria União.

Quase sempre associando as mentalidades do homem da fronteira e do realista homem de negócios, os Estados Unidos lançaram-se para o oeste em seu "destino manifesto" e, em breve, o pavilhão americano tremulou em um terço do primitivo México. Após a anexação de territórios pela violência, procuraram legitimá-los pela compra. Normalmente, esses arroubos de realismo e espírito negociista despertavam intensos dramas de consciência na opinião pública americana. Se os Estados Unidos haviam sido o fruto dos sonhos dos imigrantes desejosos de fugir da cínica política internacional europeia, como poderiam repetir no Novo Mundo surrados procedimentos, que tanto haviam contribuído para fazer da Europa um eterno campo de batalha?

O acesso às praias do Pacífico não importou no fim da expansão americana. Ao entrar na guerra com a Espanha, em 1898, os Estados Unidos podiam alegar genuínas razões humanitárias, pois tratava-se de liberar Cuba da repressão espanhola. Tornou-se difícil explicar, no entanto, as ações das forças armadas nas Filipinas, ao macular o uniforme com as ações praticadas sobre a população civil, por ocasião da luta contra as guerrilhas do líder nacionalista Emilio Aguinaldo.

Durante todo o período da expansão — as 13 colônias originais evoluíram para os 50 estados de hoje — apesar da crueza de vários incidentes e da diplomacia das canhoneiras posta em prática no Caribe, governo e povo americanos afiguraram a ilusão de que, na selva das relações internacionais, conduziam-se exclusivamente de acordo com os ditames da virtude e da decência.

As Cruzadas

Por duas vezes, na primeira metade do século XX, os Estados Unidos tiveram a oportunidade de exercitar o zelo missionário na tentativa de reformar o Velho Mundo. Em 1919, para o presidente Wilson: "...somos o único povo que comparece à Conferência de Paz de forma desinteressada... A América veio ao Mundo para prestar serviços à Humanidade..." Apesar de decorridos tantos anos, podemos sentir ainda o tom messiânico dessas proclamações. Tratava-se de restabelecer a pureza das fontes do humanismo ocidental, deturpada por séculos de cínica política de poder europeia. Comprometido com os ideais de autodeterminação dos povos, o presidente Wilson deles haveria de abrir mão para obter o apoio dos estadistas europeus ao pacto da Liga das Nações. Pouco tempo depois, verificava-se que sacrificara em vão os seus ideais: o próprio Congresso americano, ao não referendar a participação dos Estados Unidos naquele organismo, se encarregaria de lançar uma pá de cal nos sonhos presidenciais.

Menos de vinte e cinco anos depois, um outro desafio erguia-se na Europa e, pela segunda vez, as "forças do bem" atravessariam o Atlântico para aplacar a

ferro e fogo os "poderes das trevas". Desta vez, contudo, a volta imediata ao isolacionismo tornar-se-ia impossível. A Rússia de Stalin, "estranha aliada" da última cruzada, ainda bem não cessadas as hostilidades do último conflito, revelava-se já como o novo desafio a ser enfrentado. Pela segunda vez em meio século, os Estados Unidos participariam de uma guerra vitoriosa, tendo ao leme do Estado um idealista inepto para ganhar a paz.

Ante o expansionismo soviético em marcha, Roosevelt responderia com medidas de apaziguamento, da mesma forma que Wilson, pretendendo com essa política conseguir as boas graças dos soviéticos para a efetiva implantação da ONU, organismo herdeiro da Liga das Nações.

Em vista da evidente impropriedade da política do apaziguamento — saciar o apetite do adversário — os Estados Unidos trilharam a guerra fria armados com as idéias cristalizadas na política de contenção, convictos de que era necessário enfrentar o mal onde quer que ele demonstrasse intenções de atacar. O próprio significado do vocábulo "contenção" torna explícito o caráter defensivo e estático da política preconizada e que, *a priori*, concedia a iniciativa das ações ao adversário.

Restava, porém, a esperança de que, da noite para o dia, a Rússia soviética pudesse ver todo o monolitismo do seu sistema esboroar-se em extrema debilidade, pois "nenhum sistema baseado no mal e na depravação humana poderá contar com autêntica estabilidade". De fato, já em 1956, o monolitismo do bloco soviético apresentou suas fissuras na Hungria e Polônia, mas a ausência de qualquer componente dinâmica na contenção induziu a que o Ocidente perdesse a chance de explorar a fraqueza do adversário. Ao contrário, foi o mundo socialista que se aproveitou da inação ocidental e, contornando o cerco da Aliança Atlântica na Europa, penetrou no campo adversário, provocando defecções no Ocidente e em áreas de sua influência.

O Toque de Midas

Ao findar a 2ª Guerra Mundial, com um general em Berlim e outro em Tóquio, o poderio militar americano era incontestável. Mais incontestável ainda revelava-se a extrema pujança da economia americana. Para o moralista preocupado em afastar qualquer suspeição, capaz de macular o altruísmo dos cruzados, era como se os Estados Unidos houvessem sido contagiados pela maldição de Midas, lendário rei da mitologia, condenado pelos deuses a transformar em ouro tudo aquilo em que tocasse. Com a Europa economicamente em frangalhos, restava uma só economia pujante, a norte-americana, credora de todas as demais, que nela haviam encontrado o arsenal e o celeiro do esforço de guerra.

Cabia a esta economia, ainda como parte da política de contenção, enfrentar o desafio russo na Europa, que se aproveitava da miséria semeada pela guerra. Sem dúvida, o plano Marshall, pelo volume de recursos alocados e pela abrangência geográfica em que incidiu, constituiu-se no maior exemplo de generosidade da

história. Ainda aí a maldição de Midas revela-se em toda a sua ironia: se a Europa fosse deixada à própria sorte e mergulhasse no marxismo, a falta de parceiros comerciais saudáveis seria fatal à economia americana. Isto importa em reconhecer que o plano Marshall atendia aos mais legítimos reclamos do realismo político, pois obedecia, acima de tudo, aos interesses nacionais dos Estados Unidos.

A Nostalgia da Pureza

O povo americano deseja que sua política externa projete um claro propósito moral. O envolvimento americano no Vietnã, com a crueza dos combates diariamente televisionados, despertou no americano médio o horror ao papel de gendarmes internacionais, desempenhado por suas forças armadas. A *débâcle* no "front" interno tornou-se irreversível com o escândalo de Watergate, que alienou a confiança popular nos homens à testa do Executivo americano.

Durante os últimos anos que antecederam à posse do presidente Carter, os Estados Unidos conduziram uma política externa friamente objetiva e essencialmente descompromissada com preocupações morais no trato com adversários e aliados. Apesar dos evidentes sucessos alcançados por Henry Kissinger, ao quebrar o isolamento chinês e restaurar o prestígio americano no Oriente Médio, o pragmatismo europeu emprestado pelo Secretário de Estado à política externa americana revelava-se vazio e oportunista. De fato, no afã de assegurar a "détente" com os soviéticos, o Ocidente enfraqueceu-se unilateralmente; cristalizaram-se, pela Ata de Helsinque, as fronteiras políticas e ideológicas no Leste europeu e, por fim, ocorreu a perda de credibilidade do Ocidente em seu "Testa de Bloco" — fruto do desinteresse americano pela sorte de aliados no Extremo Oriente.

Ao fazer dos direitos humanos a essência de sua política externa, o presidente Carter busca restaurar a imagem americana conspurcada pela guerra e pelo escândalo político, ao mesmo tempo em que projeta um papel mais idealista e mais confiante para a América, capaz de despertar o apoio popular para sua administração, dentro e fora dos Estados Unidos.

Reconhecendo o valor das idéias como aglutinador de corações e mentes, o presidente Carter empunhou a bandeira dos Direitos Humanos, consciente de que há em todo o planeta a tendência irreversível de valorizar em política a "dimensão humana", justamente no momento histórico em que a "revolução das expectativas crescentes" desafia a argúcia dos estadistas na busca de soluções para os problemas que se avolumam.

A Restauração da Guerra Fria

O Ocidente levou cerca de trinta anos em posição defensiva, tentando deter o marxismo mediante alianças militares e auxílios econômicos. Os esforços revelaram-se vãos: faltava às democracias uma idéia — síntese capaz de transmitir a

mensagem política do Ocidente, magnetizante ao ponto de se contrapor à arenga marxista no campo das idéias.

Em 1975, na Conferência de Helsinque, reunida para tratar da segurança européia, os soviéticos montaram o que lhes parecia uma proveitosa barganha. Em troca de promessas de maior adesão soviética ao processo de "détente", conseguiram do Ocidente a ratificação das fronteiras do bloco no Leste Europeu, consolidando-se, pela aceitação internacional, o domínio russo sobre metade da Europa. Como concessão marginal, os soviéticos concordaram com a inclusão, na Ata Final, de itens que obrigavam as partes contratantes a respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Na época, os itens foram considerados suficientemente ingênuos para que os senhores do Kremlin não vacilassem em assinar a Ata. Certamente não contavam com a coragem moral de Sakharov, Soljenitzin e outros que, dentro e fora do império eslavo, iriam utilizar-se dos itens do acordo para pressionar o regime e exigir o respeito ao pactuado. Com isto o Ocidente deu-se conta de que possui em mão a arma que lhe faltara no auge da Guerra Fria, capaz de exprimir a verdadeira força das democracias.

Pela primeira vez em décadas, a bandeira dos Direitos Humanos faz com que o mundo democrático passe a ter a iniciativa das ações no campo da propaganda política, uma vez que os regimes marxistas se revelam intrinsecamente violadores daqueles direitos e forçados a uma incômoda posição perante a opinião pública internacional. O Estado Totalitário proclama-se libertário mas agrilhoa o ser humano, invariavelmente, à realização de metas materiais, estabelecendo a precedência do econômico sobre os interesses e necessidades do Homem. Através da ideologia, moderno "ópio das massas", o Estado projeta no reino da Utopia a solução dos problemas humanos, ao deslocar para o futuro o bem-estar negado às gerações que sofrem o presente.

A outra pedra-de-toque da política externa americana reside, segundo os seus arautos, no fortalecimento dos laços entre os países democratas, não fosse o presidente americano adepto declarado do chamado trilateralismo. Esse movimento, que congrega apenas nações desenvolvidas da Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão, surgiu no início da década de 70, como reação ao excessivo unilateralismo da política externa econômica do governo Nixon. Coincidindo com o auge das dificuldades americanas no Vietnã, os Estados Unidos assistiram à euforia econômica do Japão e Europa Ocidental. Naquela oportunidade seria difícil não considerar que aqueles países haviam progredido às expensas dos Estados Unidos, uma vez que estes se embarçavam no papel de líder econômico do Ocidente, para tomar decisões e corretivos capazes de tornar ágil e competitiva a própria economia.

Os teóricos do trilateralismo consideram que, nos momentos de crise, a adoção de medidas isoladas e egoístas tende a uma espiral de reações defensivas capazes de deteriorar a economia ocidental. A posse em comum de um núcleo de valores liberais democráticos constituiria o fundamento teórico a congregar essas nações desenvolvidas para que enfrentem unidas as pressões do bloco da cortina-

de-ferro, no que diz respeito à segurança, assim como respondam de forma coordenada às ofensivas e reivindicações do Terceiro Mundo.

A Emergência do Terceiro Mundo

No modo de ver dos atuais mentores da política externa americana, os Estados Unidos não devem temer a emergência de nações do Terceiro Mundo apoiadas em incipiente estatismo. Ao contrário, devem evitar o "isolacionismo filosófico" em que se fechariam, caso encarassem o desafio na base de "democracia liberal x estatismo", uma vez que há uma tendência natural do Terceiro Mundo para a economia planificada. Os Estados Unidos não desconhecem que o marxismo se revela hábil para imantar populações empenhadas em guerras de libertação, mas demonstra pouca serventia para "fazer funcionar" os Estados recém-independentes. Via de regra, esses Estados vão bater às portas das prósperas economias capitalistas, em busca de soluções para os seus problemas econômicos, mal alcançam a independência política. Por outro lado, os Estados Unidos, mercê da estabilidade de suas instituições, não temem o contágio marxista, não se justificando, pois, o anticomunismo compulsivo que os levava a apoiar governos fortes por temor ao marxismo e, no dizer do Presidente Carter, "combater o fogo com o fogo, adotando os princípios e as práticas dos adversários e renunciando aos próprios valores". É evidente o realismo que orienta a mudança de atitude: a retórica marxista em Angola não teve o dom de cortar o jorro de petróleo de Cabinda para os porões dos petroleiros da Gulf, e o contágio ideológico possível será, no caso, o dos princípios da livre empresa, operando com eficiência no enclave.

Os Direitos Econômicos

Vivemos numa economia mundial dominada pela rivalidade e pela competição. No entanto, o grosso dos minerais e combustíveis estratégicos, de que os países desenvolvidos necessitam, vem do subsolo de 33 nações em desenvolvimento. Essa situação emergente aumenta profundamente a interdependência recíproca, já existente, entre produtores e consumidores de matérias-primas.

O esforço dos países em desenvolvimento, no sentido de aumentar as exportações e melhorar suas balanças comerciais, vê-se frustrado pelo aviltamento dos preços das matérias-primas pelos países industrializados e pelo neoprotecionismo em ascensão que corta o acesso dos manufaturados dos países pobres aos mercados do primeiro mundo.

A divisão internacional do trabalho, em vigor na atualidade, é por todos reconhecida como injusta. Mesmo os países que dela se beneficiam entendem haver uma estrutura de sujeição que condena os subdesenvolvidos a serem eternos fornecedores de matérias-primas e a permanecerem dependentes comercial, financeira e tecnologicamente dos países industrializados. Do reconhecimento da injustiça a

realizar algo de concreto para mudar a realidade, há um longo caminho a percorrer através das teias do egoísmo humano.

O Pacto Internacional sobre Direitos Humanos, aprovado por unanimidade pela Assembléia Geral da ONU, em 1966, apresentava-se dividido em dois instrumentos principais. Um instrumento dizia respeito aos direitos civis e políticos, dando ênfase aos aspectos de liberdade, de escolha de residência, de liberdade de pensamento, de condenação a tratamentos degradantes e torturas, etc. O outro instrumento diz respeito aos direitos econômicos, sociais e culturais, focalizando a necessidade de trabalho adequadamente remunerado, de benefícios do progresso científico, de seguro social etc. Para a ONU, tão importante como o cerceamento da liberdade e as práticas policiais, que afetam a dignidade humana, seria o relacionamento desigual entre as nações, no campo comercial.

É importante e essencial que os direitos econômicos, sociais e culturais atinjam determinado estágio, para que os direitos civis e políticos possam melhor vicejar.

Parece-nos consumado farisalismo ditar éticas de vida a povos e conduzi-los deliberadamente a dificuldades econômicas. Segundo a imprensa, em uma reunião de representantes do primeiro mundo, foi apresentada a proposta de restringir a transferência de tecnologia siderúrgica avançada para os países em desenvolvimento, que estão expandindo seus parques siderúrgicos. Sem dúvida, esta prática fere profundamente os direitos humanos, pois condena os países em desenvolvimento à obsolescência técnica e à impossibilidade de competir no mercado internacional.

Os Direitos Políticos

Nas linhas deste artigo procuramos esboçar explicações lógicas que justifiquem o estágio atual das relações internacionais sob o enfoque dos direitos humanos. Em nenhum momento perdemos de vista que o Brasil foi apontado à execração pública internacional como violador contumaz dos direitos da pessoa, nos primeiros momentos da administração Carter. Sem dúvida, foi penoso ao país ser arrolado na má companhia de regimes intrínseca e essencialmente liberticidas e de sangrentas ditaduras tribais de outros continentes. Certamente seria preferível que vivêssemos em um éden político como o dos países nórdicos, desde que não tivéssemos uma alta taxa de suicídio como preço a pagar pelo tédio da perfeição.

Infelizmente, seria ingênuo acreditar que, na guerra suja travada contra o terrorismo, os agentes da lei sempre se conservassem dentro dos cânones dos regulamentos. Consideramos realista esperar que o nível de violência jamais tenha ultrapassado o das estórias policiais, filmadas para a TV e exportadas por nações paladinas dos direitos humanos. Certamente, os roteiristas não se inspiram na realidade social vigente em Marte.

Honestamente, o que não pode ser assacado é que a violência policial, nas nossas plagas, seja encarada como normal pelo Estado ou que o desprezo às liberdades fundamentais do Homem seja da essência do regime. Em 1948, ainda

bem vívidos os sacrifícios da FEB no combate em prol da democracia fundamentada na lei e no Estado de Direito democrático, subscrevemos em Paris a Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana. Se na Itália firmamos com sangue a opção de viver a salvo da tirania, hoje em dia renovamos continuamente esta opção na luta pelo desenvolvimento.

Efetivamente, o futuro dos direitos humanos entre nós está intimamente relacionado com o desenvolvimento político da sociedade brasileira. Estamos decididos a construir em nossa terra uma sociedade aberta, pluralista e livre, de tal forma que o nosso peso específico seja essencialmente o somatório da contribuição de todos os cidadãos brasileiros. Este é um anelo nacional indeclinável. A institucionalização da democracia brasileira, antes de mais nada, é uma obra de fé calcada no nosso perfil psicológico como povo e aberta aos influxos externos, por nós livremente escolhidos.

Graças ao domínio da técnica, o desenvolvimento que marca a nossa era possibilitou a que uma parcela cada vez maior da sociedade seja chamada a gozar de condições de vida que eram, até poucas décadas, privilégios de minorias. A expansão de serviços públicos essenciais e o franco acesso às fontes de informação, educação e cultura redundarão no surgimento de um número crescente de cidadãos aptos a exigir a participação política e o reconhecimento pleno de seus direitos e garantias individuais. Ante o desafio desta "revolução das expectativas crescentes" a máquina do Estado tende a assumir novas responsabilidades sociais, em um processo de gigantismo inexorável, capaz de provocar, exatamente, o esmagamento de liberdades e direitos do cidadão.

Para evitar esta deturpação — a tirania da tecnoburocracia — é essencial institucionalizar o efetivo controle da máquina do Estado pela massa dos cidadãos. Este é o grande desafio da nossa época: colocar o Estado a serviço do Homem e não aumentar para o Homem as fontes de sujeição. Somente assim estaremos sendo fiéis à nossa matriz ocidental. A bandeira dos Direitos Humanos cala profundamente na alma libertária do nosso povo, que reconhece ser essa bandeira a síntese do legado político do Ocidente, sedimentado ao longo dos séculos e tendo por amálgama os sonhos e o sangue de muitos mártires da causa do Homem.